



Direito

PEREIRA, Tiago Souza¹.

As modalidades de prisão em flagrante e as mudanças trazidas pela Lei 12.403/11. 2011. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) – Universidade de Franca, Franca. Prof. Márcio de Freitas Cunha.

O presente trabalho aborda o tema da prisão em flagrante, delito no ordenamento penal brasileiro – instituto de fundamental importância na legislação penal e processual penal pátria. Versa, primeiramente, sobre o conceito de prisão e prisão em flagrante delito; em seguida, aborda a evolução histórica da prisão em flagrante no direito comparado e no Brasil. Na sequência, apresenta os tipos de prisões cautelares especificamente, existentes atualmente, sob a vigência da Lei 12.403/11, prisão temporária e preventiva. Por último, apresenta as considerações gerais a cerca do tema, bem como todas as formalidades na apresentação do preso e a autoridade competente, retratando, sobretudo, a importância do instituto para regular a vida em sociedade. O instituto da prisão em flagrante evoluiu consideravelmente desde seu surgimento até os dias atuais, pois nas legislações antigas era previsto até mesmo a execução do agente que era preso em flagrante, hoje tal medida não existe mais. Foram abordados também entendimentos doutrinários sobre o assunto, também objeto da presente pesquisa, entendimentos estes de grandes mestres da área jurídica, o que colaborou para o engrandecimento do trabalho ora desenvolvido. Por fim, compartilha-se do entendimento de que a prisão em flagrante delito é o meio mais eficaz no combate a criminalidade, hoje atingindo níveis altíssimos, como uma resposta da sociedade à prática delituosa de parte dos criminosos.

Palavras-chave: prisão em flagrante; prisão cautelar; medidas cautelares; lei 12.403/11, autoridade.



GUIMARÃES, Mariah Assunção².

A deslegitimação do discurso jurídico penal. 2011. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) – Universidade de Franca, Franca. Profa. Raquel Andrucioi.

1 **PEREIRA**, Tiago Souza. As modalidades de prisão em flagrante e as mudanças trazidas pela Lei 12.403/11. Indicado como o melhor trabalho no curso de Direito no ano letivo de 2012. Recebeu o prêmio “Dr. Clovis Eduardo Pinto Ludovice”, instituído pela Resolução CONSUV nº 02/2000, o que possibilitou a continuidade dos estudos no curso de pós-graduação desta Universidade.

2 **GUIMARÃES**, Mariah Assunção. A deslegitimação do discurso jurídico penal. Indicado como o melhor trabalho no curso de Direito no ano letivo de 2012. Recebeu o prêmio “Dr. Clovis Eduardo Pinto Ludovice”, instituído pela Resolução CONSUV nº 02/2000, o que possibilitou a continuidade dos estudos no curso de pós-graduação desta Universidade.

O objetivo deste trabalho é escancarar o Estado em suas reais funções, uma vez que o bem-estar social e as preocupações sociais cedem suas funções ao Estado Penal, que vê nisso uma forma mantenedora do sistema, gerando uma total inversão política quanto aos meios de solucionar os conflitos existentes na sociedade. Dessa forma, veremos que, para o Estado, os desvios da conduta humana são necessários para manter o discurso, na medida em que desdobram o funcionalismo estatal (que deveria estar preocupado em prevenir o crime), implantando políticas sociais de inserção. Porém, de maneira diferente, utilizam o discurso repressivo como forma de controlar a sociedade, transmitindo para a esfera penal os problemas socioeconômicos que o Estado não procura solucionar. Por fim, serão utilizados os seguintes processos metodológicos: analítico-sintético e dogmático-jurídico. O método tradicional de pesquisa a ser utilizado é o dedutivo bibliográfico. O método auxiliar de pesquisa será o histórico.

Palavras-chave: discurso penal; sistema repressor.



SILVA, José dos Reis.

A suspensão de direitos políticos e suas consequências, em virtude de sentença judicial transitada em julgado. 2011. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) – Universidade de Franca, Franca – SP. Profa. Diane Heire Silva Paludetto.

Este trabalho teve como objeto o estudo da suspensão dos direitos políticos, em especial o decorrente de sentença criminal transitada em julgado, disposta no inciso III, do art. 15 da Constituição Federal. Foi analisada, sinteticamente, a evolução dos direitos políticos, explanando sobre seu conceito condições para sua aquisição e sobre suas faces negativa e positiva. Foram expostos temas relacionados aos direitos políticos, tais como nacionalidade e cidadania. O trabalho tencionou demonstrar a forma, as condições e os casos em que cabe a aplicação do instituto, bem como a divergência doutrinária e jurisprudencial quanto à sua aplicação. Considera a amplitude da condenação em confronto com o princípio da proporcionalidade, traçando as consequências práticas da suspensão dos direitos políticos na vida civil do condenado. Para tanto, foram utilizados os métodos analítico-sintético e dogmático-jurídico por meio de pesquisas em sites, doutrinas, jurisprudências, entre outras. Concluiu-se que, em virtude da aplicação genérica, em alguns casos, a pena de suspensão dos direitos políticos tende a ser mais gravosa ao condenado do que a própria pena principal.

Palavras-chave: sentença criminal, suspensão, direitos políticos.



ROSA, Atarcísio Rodrigues.

Manipulação de balanços: desconhecimento da lei ou de direito. 2011. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) – Universidade de Franca, Franca. Prof. Marcelo Toffano.

Com o objetivo de analisar as causas de manipulação de balanços e duplicatas Simuladas, o respectivo trabalho tem como fundamento demonstrar as situações inusitadas que levam determinadas pessoas a buscarem, por intermédio deste ato ilícito, vantagem na manipulação de balanços patrimoniais fictícios e duplicatas frias, ou mesmo sem origem, de sua venda ou prestação de serviços. Tanto a manipulação como as duplicatas simuladas não somente causam prejuízo ao fisco como a todo aquele que se vê envolvido em tais situações, as quais denotam uma circunstância criada somente para a obtenção de recursos junto as instituições financeiras. O presente trabalho utilizará do método dedutivo bibliográfico e estatístico. Diante do exposto que envolve casos como os descritos nestas situações, a busca pela diminuição de tais atos tem encontrado na análise de crédito um grande aliado para a redução destes atos ilícitos. Como metodologia utilizou-se o método dedutivo-bibliográfico.

Palavra-chave: manipulação.



BATISTA, Anderson Marcelo.

Conflitos internos no Código de Trânsito Brasileiro. 55 f. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) – Universidade de Franca, Franca. Prof. Frank Sérgio Pereira.

O tema deste trabalho vai ao encontro da necessidade urgente de aperfeiçoar o estudo do direito de trânsito, matéria pouco estudada e discutida nos bancos acadêmicos. No Brasil, a frota de veículos aumenta a cada dia. Podemos assistir isso de perto, observando as facilidades para pagamentos de taxas que o governo libera, bem como as concessionárias, que disponibilizam promoções que atraem o consumidor para a sua aquisição. Percebe-se um quadro caótico nas grandes metrópoles como congestionamentos, engarrafamentos, situações que levam a um nível de estresse incalculável. Nas cidades de menor porte, vemos o problema também se agravando, em razão da estrutura de sua engenharia. Muitas vezes desaparece com ruas estreitas e em razão do aumento da frota de veículos, o quadro que se assiste não fica distante das realidades metropolitanas. O estudo, portanto, possui a finalidade de discutir a existência e a

criação de tantas normas, pareceres, resoluções, portarias, que em razão da pouca publicidade que se dá, levam o condutor a ser penalizado devido à falta de conhecimento e acessibilidade da informação referente a trânsito. A Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, procurou disciplinar a conduta em matéria de trânsito, porém o legislador traz confusão em muitos pontos. Quanto à postura adotada e à interpretação, aliada ao amadorismo daqueles que fazem uso desta ferramenta fantástica que é o veículo. Para a elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso utilizou-se do método dedutivo-bibliográfico com a análise de obras e autores renomados.

Palavras-chave: CTB, trânsito, autuação, alteração, lei.



CARVALHO, Tamara Aparecida Costa.

Das provas ilícitas e ilegítimas no processo penal. 2011. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) – Universidade de Franca, Franca. Profa. Raquel Andruciolli.

O trabalho trata-se da admissibilidade das provas ilícitas e ilegítimas no processo penal. Este sempre foi um tema polêmico e de muitas ideias conflitantes, desde seu surgimento até os tempos atuais, como mostra as suas espécies e as suas características. Ressalta-se a legislação anterior com pouco aprofundamento ao tema e o surgimento na Legislação Brasileira da Lei 11.960/2008. Para tanto, comparando-se os avanços, destacando-se a importância da dignidade humana, e concilia-a com a busca da verdade real, visando contribuir para um apropriado andamento processual. A pesquisa foi desenvolvida por meio do método dedutivo. Utilizo-se os processos metodológicos analítico-sintético, dogmático-jurídico e bibliográfico, além de realização de pesquisa de campo.

Palavras-chave: admissibilidade; provas ilícitas e ilegítimas; inquérito policial; processo penal; direitos fundamentais.